

Os físicos brasileiros se manifestam sobre nosso programa nuclear

A Sociedade Brasileira de Física tem acompanhado a política nuclear desenvolvida no Brasil em sucessivos governos ao longo de décadas e, tem observado com interesse importantes iniciativas assim como testemunhado com preocupação ações contraditórias e descontinuidades onerosas. Em vista disso, cumprindo seu papel como sociedade civil e como associação de especialistas, tem advertido periodicamente os poderes públicos para a necessidade de políticas de estado competentes, responsáveis, persistentes e transparentes. Nesse sentido, dá agora ênfase a algumas questões específicas da área nuclear:

1- A reiteração do uso pacífico dessa energia no Brasil, respaldada por nossa Constituição que proíbe a fabricação ou utilização de armas nucleares; um item, aliás, encaminhado ao Congresso em moção popular por iniciativa de cientistas brasileiros.

2- A necessidade de contínua formação e aperfeiçoamento de profissionais especializados, pois as descontinuidades nesse aspecto têm produzido um dos elos mais fracos para qualquer política que venha a ser adotada, especialmente se for pretendida alguma autonomia.

3- A importância de uma perspectiva de longo prazo, com antecipação e planejamento, o que envolve necessariamente estudos de reatores avançados, em termos de segurança e desempenho, assim como pesquisas sobre fusão nuclear controlada, para que não venha se revelar insustentável a manutenção da independência que for alcançada.

4- O cuidado especial com a preservação ambiental, no que a energia nuclear se distingue de outras, dado que a radioatividade de seus rejeitos requer políticas específicas, tendo em vista particularmente os grandes volumes e a duração dos rejeitos de baixa e média atividade.

5- A atenção para a segurança operacional e estratégica das instalações nucleares, dando conhecimento à sociedade dos processos de seu licenciamento técnico-nuclear e ambiental, com procedimentos claros e mecanismos de consulta e informação.

Relativamente à primeira dessas questões, diante da proibição constitucional mencionada, a produção de armas nucleares já não é sequer objeto de debate entre nós. Essa proibição, aliás, nos dá respaldo moral para ações mais afirmativas pelo desarmamento nuclear global, em que a diplomacia brasileira poderia assumir com vantagem uma liderança hoje em falta no cenário mundial¹.

Quanto à segunda questão, o problema da descontinuidade na formação de recursos humanos se torna ainda mais sério diante da intenção de ampliação significativa da capacidade energético-nuclear. Nesse sentido, um novo reator recentemente anunciado, com múltiplos propósitos que vão da pesquisa à produção de radioisótopos para uso médico e industrial, deveria ser pensado de forma articulada com uma política de formação, em permanente cooperação com os institutos especializados e universidades. Essa política e esse desenvolvimento técnico-científico, aliás, não estão separados da investigação prospectiva das novas tecnologias, mencionadas na terceira questão, e sim têm continuidade nessas pesquisas.

Para responder à quarta questão, dos riscos ambientais específicos do setor nuclear, a criação de uma instituição dedicada a estudos da problemática dos rejeitos nucleares seria uma iniciativa de grande significado. No entanto, ela perderia sentido, se não fosse garantida a continuidade de sua existência e a efetividade de sua atuação para enfrentar um desafio que, reconhecidamente, estará diante de qualquer política nuclear em longuíssimo prazo.

Em relação à quinta questão, um aspecto que tem sido explicitado e reiterado nas manifestações dessa Sociedade Brasileira de Física é a importância da independência entre os órgãos responsáveis pela promoção das atividades nucleares e os órgãos que responderão por sua fiscalização. Recente anúncio oficial nesse sentido permite acreditar que essa preocupação de nossa comunidade científica finalmente está encontrando eco entre os

¹ Recente manifestação do presidente dos EUA, mostrando interesse na busca conjunta de tal política de desarmamento constitui boa oportunidade para tomada de posição brasileira e para reforço de iniciativas convergentes. De certa forma, alguns incidentes recentes tornam este posicionamento ainda mais atual, senão urgente.

responsáveis pelo setor nuclear. Essa nova atitude deve ser saudada, mas também acompanhada com atenção para que haja a necessária independência nos licenciamentos e na fiscalização, feita por um corpo técnico próprio respondendo a autoridade distinta da que coordena o fomento. Essa autonomia, acompanhada de procedimentos transparentes, garantirá credibilidade institucional ao novo órgão.

A Sociedade Brasileira de Física, que tem entre seus membros cientistas e técnicos com experiência no setor nuclear e abriga diferentes correntes de pensamento, apresenta essas considerações procurando contribuir para transparência política e clareza técnica, em questões que transcendem o plano científico, pois igualmente envolvem o social, o ambiental, o econômico, o energético e o estratégico.

Com essa consciência, a Diretoria e o Conselho da Sociedade Brasileira de Física, assessorada por sua comissão de acompanhamento das questões nucleares², encaminha o presente documento aos poderes constituídos. Por meio dos meios de comunicação, também dá conhecimento à população em geral, de cujo nível de informação depende a defesa dos interesses públicos e a orientação das políticas de estado, essenciais para assuntos da envergadura dos aqui discutidos.

Alaor Silvério Chaves
Presidente
Sociedade Brasileira de Física

Luis Carlos de Menezes
Presidente
Comissão da SBF para acompanhamento do Programa Nuclear Brasileiro

² Comissão constituída pela ata da Reunião de Conselho da SBF de 29 de agosto de 2007. São membros desta comissão: Prof. Luis Carlos de Menezes (Presidente), Prof. Anselmo Paschoa, Prof. Darcy Dillenburg, Prof^a Maria Carolina Nemes, Prof^a Emico Okuno e Prof. Ricardo Galvão.